

Estado do jornalismo

Notas para a aula de 15 de agosto do curso de Comunicação Institucional

Ricardo Whiteman Muniz

“Imprensa livre é um dos pilares da democracia. O que significa isto? Que jornais, televisões e rádios correspondem a diversas visões de mundo e defendem esta visão. São, quase sempre, empresas, possuem donos e querem o retorno dos seus investimentos. Emitem opiniões entremeadas de outras informações objetivas. Cabe ao público ouvir, ver, discernir, selecionar e pensar sempre na frase clássica: CUI BONO, a quem interessa? Toda foto e toda manchete estão ali com um objetivo claro e político. Não é difícil observar isto. A imprensa dá ou nega voz a determinados agentes a partir de interesses específicos. Não é teoria conspiratória: é a maneira como o mundo funciona. Para cada entrevistado há dezenas de esquecidos. Para cada foto há milhares de imagens recusadas pelo editor. A foto e o vídeo também não são neutros. Nenhuma leitura deve abrir mão do seu senso crítico, inclusive ao ler este texto.”

post do professor Leandro Karnal (Unicamp), 15 de março de 2016

“Passa-se mais tempo na vida exposto às mídias em geral do que na escola; portanto, o papel educativo das mídias é fundamental. Tudo ao contrário do que é hoje. As mídias, com raríssimas exceções, deseducam, propagam a violência e a intolerância. A melhor escola do mundo é impotente, diante do lixo que é servido aos brasileiros pelos seus canais de difusão de notícias e entretenimento, todos de concessão pública. [...] Níveis mínimos de programação de qualidade devem e podem ser exigidos. Isto também é conquista da cidadania. O contrário é a barbárie, que é o que assistimos hoje.”
“Carta ao ministro da Educação”, de Anselmo Pessoa Neto, ex-diretor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás e ex-pró-reitor de Extensão e Cultura da UFG, 22 de outubro de 2015, Ensino Superior Unicamp¹

Mídia de notícia: como diziam que deve ser

1. *O produto autêntico*: O DNA da notícia é constituído por seis características essenciais: novidade, importância, interesse, originalidade, oportunidade e proximidade. Uma decorrência disso é que nem tudo é expansível a notícia, e nem tudo é redutível a notícia².

2. *O operário da notícia*: O ofício do jornalista é produzir noticiário – ou seja, empacotar e comunicar notícias dentro de um ciclo e um modo de fabricação próprios de cada veículo (diário, semanal ou “instantâneo”; TV, rádio, internet, revista semanal etc. etc.). O jornalista não é um escritor (ao menos, não enquanto está na Redação). Ele não faz literatura. É uma espécie de operário. Não pode pedir mais tempo. Não pode dizer que não está inspirado.

¹ <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/sistema-universitario-de-assistencia-social-e-maquina-de-enxugar-gelo> [publicado em 22/10/2015 e acessado em 14/06/2016]

² O formato da notícia pura é a reportagem. Mas há acompanhamentos tradicionais: entrevista, “ping” (entrevista curta, cerca de três perguntas apenas), perfil, “saiba mais”, foto, infográfico, charge, análise, memória, cronologia, texto-legenda (uma foto de grande conteúdo noticioso, em destaque, com uma a duas linhas de legenda). Costumava-se evitar efemérides, mas são cada vez mais comuns. Quando os veículos tradicionais começaram a ser minados pela internet, imaginava-se que a saída seria investir mais em análise. Será que estão fazendo isso?

3. *Detalhes do ofício (job description)*: Essa produção consiste em pautar, apurar, entrevistar, conferir, pesquisar, cruzar dados, consultar arquivos, fotografar, filmar, produzir infográficos, reescrever, adaptar e readaptar ao tamanho e ao tempo disponíveis, titular, legendar e editar.

4. *Requisitos (job skills)*:

[a] Tais etapas devem combinar agudo senso de observação com a presença de referenciais universais (princípios civilizatórios, ideais, cultura, “bagagem”, viagens, amizades, gosto musical, experiências, memória histórica).

[b] A receita inclui ceticismo (não tem como ser um bom jornalista o profissional que acredita em tudo que vê, lê, recebe ou é “vazado”), investigação e reconhecimento das complexidades (as coisas importantes têm várias causas e vários efeitos) como elementos necessários a um exercício digno do ofício.

[c] Deve-se buscar “fidelidade canina” à verdade factual. Deve-se fiscalizar o poder, onde quer que se manifeste. Vale para o poder econômico, o político, o do crime, mas também o poder dos que combatem o crime, dos que fiscalizam o poder político, dos que auditam ou dão notas de crédito às empresas e aos países, o que inclui no radar crítico-jornalístico a polícia, o Ministério Público, o Judiciário, as agências de classificação de risco, sem falar na própria mídia.

5. *Como se organiza a fábrica*:

[a] Para produzir noticiário, a indústria jornalística costumava ser organizada, no “chão de fábrica”, em repórteres, pauteiro ou chefe de reportagem, redator ou “fechador”, “checador”, subeditor e editor.

[b] Os veículos jornalísticos, sejam quais forem seus pendores ideológicos e políticos, separam sua opinião, exposta em editoriais, do noticiário em si. Também separam noticiário e opinião da área comercial.

Mídia de notícia: versão doente

A crise que se verifica no jornalismo começa pelo próprio produto que é sua razão de ser. A doença degenerativa da notícia substitui a novidade, importância, interesse, originalidade, oportunidade e proximidade por contrabando do requentado como inédito, oportunismo, provincianismo, sensacionalismo e entretenimento vendido como notícia.

O jornalista, por sua vez, vira estafeta da informação, o escriba castrado de espírito crítico e da capacidade de contextualização, o automatizado-amedrontado que recebe a bola e dá um chute de primeira para a frente. Um jornalista não é um mero divulgador.

Mas acabou tornando-se muito comum que profissionais de comunicação pura e simplesmente reproduzam releases (comunicados de pauta à imprensa) *ipsis litteris*, porque as equipes estão cada vez mais reduzidas. Com os famosos “passaralhos”, com frequência cada vez maior colegas solitários se vêem alçados, após os cortes periódicos de pessoal, à posição de responsáveis únicos pela alimentação do noticiário – principalmente o online, onde impera a regra volume + velocidade, para obter audiência. Audiência em infindáveis micro-fronts é igual a ganho em publicidade.

Com a precarização de equipes, há um desmonte do *modus operandi* das Redações. Hoje é cada vez mais comum o faz-tudo, sem revisão, sem segunda leitura, sem checagem, até mesmo sem edição.

“[Ruy Mesquita, um dos donos do Estadão, já falecido] gostava de chamar o jornal de ‘indústria do desperdício’, porque exige investimentos altíssimos, em recursos materiais e humanos, para produzir dez vezes mais conteúdo do que seria capaz de publicar. A produção abundante cria opções e, com alternativas, é mais fácil optar pela qualidade, ele defende, para desespero dos gestores, para quem abundância é custo. Sempre lutou, nas trincheiras a seu alcance, contra cortes indiscriminados nas redações, porque aos poucos eles minam a qualidade do jornal.”

Sandro Vaia, ex-diretor de redação do Estadão, em “Por trás das dunas do Estadão”, setembro de 2007, revista *Piauí*

Descendo a ladeira: momentos tragicômicos

No caso dos portais online, as equipes precarizadas sofrem com a pressão por audiência, que leva a uma utilização muito frequentemente infantiloides, para usar uma expressão suave, do espaço ilimitado da internet. O UOL chegou a publicar matéria sobre a existência de um laboratório subterrâneo na Unicamp para analisar o ET de Varginha e outros seres assemelhados: “O laboratório de testes da Unicamp, que teria criaturas mortas e vivas de outros planetas, ficaria metros abaixo da terra e seria conhecido como Pavilhão 18. Segundo os ufólogos, ele estaria localizado próximo ao Instituto de Química e a Faculdade de Ciências Médicas.”

No fim dos anos 2000, a diretora de redação do G1 pediu que o editor de Ciência e Saúde verificasse com a assessoria do Sírio-Libanês a “informação” de que o hospital paulistano tinha, e mantinha em segredo, desenvolvido uma vacina contra o câncer. O editor-chefe da mesma empresa pediu que o editor de Ciência verificasse com “um biólogo da USP” uma foto do ET do Panamá, história publicada na editoria “Planeta Bizarro” que havia rendido centenas de milhares de cliques.

Mas tais “notícias” não são privilégio das operações jornalísticas online, como mostra o já clássico *case* “boimate”, uma tragicômica contribuição da revista semanal *Veja* perpetrada no início da década de 80.

A fusão da carne do boi e do tomate, batizada “boimate”, foi noticiada pela revista *Veja* em sua edição de 27 de abril de 1983. Foi a maior “barriga” (notícia inverídica) da divulgação científica brasileira. Começou com uma brincadeira de 1º de abril da revista inglesa *New Science* que inventou a reportagem.

A fusão de células vegetais e animais entusiasmou o responsável pela editoria de ciência da *Veja*. Ele ilustrou a matéria com um infográfico e entrevistou um biólogo, para dar uma repercussão da descoberta. Para a revista, “a experiência dos pesquisadores alemães, porém, permite sonhar com um tomate do qual já se colha algo parecido com um filé ao molho de tomate. E abre uma nova fronteira científica”.

A descoberta do engano foi feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que, após esperar inutilmente pelo desmentido, resolveu “botar a boca no mundo” no dia 26 de junho. Finalmente, com o objetivo de pôr fim ao caso que já divertia as redações, a revista publicou, na edição de 6 de julho – depois de dois meses –, o desmentido: “tratou-se de lastimável equívoco”.

Descendo a ladeira: jornalismo se apavora com o contraditório e vira mero porta-voz

Para além das bizarrices tão comuns e do vale-tudo em busca de audiência, o jornalismo de ciência e saúde, em particular, quase sempre dispensa outra regra fundamental do jornalismo (que nisso estabelece uma semelhança com o Direito): o(s) “outro(s) lado(s)”, ou o contraditório. A jornalista veterana Mônica Teixeira apontou esse grave problema no caso específico do jornalismo científico:

*“Não há contraditório na cobertura de ciência. Dispensamos o jornalismo sobre ciência de cumprir o **mandamento que interdita a matéria feita a partir de uma única fonte** porque entendemos que não há versões da verdade quando se trata de ciência. [...] Não havendo versões, nem contraditório, o que se reserva então ao jornalista que cobre ciência? **A tarefa de ‘traduzir’ com competência e fidelidade, de tal forma a ser compreendido pelo público leigo, um específico conteúdo científico. Tal conteúdo contém uma verdade que a fonte revelará ao jornalista. Não cabe a ele, nesse peculiar recanto do território do jornalismo, duvidar desse ‘conteúdo’; cabe-lhe, tão-somente, recolher o logos e ‘traduzi-lo’ em versão simplificada.**”³*

Descendo a ladeira até cair no fundo do poço: violações de direitos

O Ministério Público Federal divulgou em 30 de maio de 2016 um estudo da ANDI Comunicação e Direitos⁴ que contabilizou, em 30 dias, 4.500 violações de direitos, 15.761 infrações a leis brasileiras e multilaterais e 1.962 casos de desrespeito a normas autorregulatórias, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Foram analisados 28 programas policiaiscos de rádio e televisão produzidos em dez capitais brasileiras.

Infelizmente, as violações não são privilégio dos “programas policiaiscos”, vide caso Escola-Base e outros assassinatos de reputação⁵.

³ Mônica Teixeira, "Pressupostos do jornalismo de ciência no Brasil", in *Ciência e Público - caminhos da divulgação científica no Brasil*. pp 133-141. Organização e apresentação de Luisa Massarani, Ildeu de Castro Moreira e Fatima Brito.

⁴ O estudo é uma das ações do "Programa de monitoramento de violações de direitos na mídia brasileira", desenvolvido em articulação com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do MPF:

http://midia.pgr.mpf.gov.br/pfdc/hotsites/mpdcom/docs/guia_violacoes_voliii_web.pdf

(acessado em 3 de junho de 2016)

⁵ Vale aqui reproduzir na íntegra relato de Deisy Ventura, professora da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, professora de Direito Internacional e livre-docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), relativo à histeria em torno da entrada no Brasil de migrantes africanos com ebola. Post no Facebook 10 de outubro de 2014 às 14:46:

“Ainda sobre o ebola no Brasil e especificamente sobre o ‘terror útil’: pedi esclarecimentos, via twitter, às autoridades brasileiras sobre a divulgação do nome do paciente com suspeita de ebola. Segundo o artigo 10 da Lei 6259/75, a notificação compulsória de casos de doenças tem caráter sigiloso, obrigatório para as autoridades sanitárias que a tenham recebido. Em virtude do parágrafo único do mesmo artigo, a identificação do paciente, fora do âmbito médico sanitário, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em caso de grande risco à comunidade a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio do paciente ou do seu responsável.

Fui surpreendida, porém, hoje pela manhã, ao ver, em pleno portal G1, uma cópia do protocolo de pedido de refúgio do paciente com suspeita de ebola, contendo sua foto e todos os seus dados pessoais, numa clara violação da Lei Nº 9.474, de 22/7/1997, cujo artigo 23 assegura a confidencialidade do pedido de refúgio. Informe imediatamente o Ministério da Justiça e o próprio G1 via twitter e a foto do documento foi retirada.

Em resumo

O quadro abaixo dá uma ideia geral do como pode ser classificado o material dito jornalístico:

		RELEVÂNCIA	
		baixa	alta
RIGOR	alto	antijornalismo pedante, metido a besta	jornalismo
	baixo	antijornalismo pueril, de entretenimento	o pior dos antijornalismos

Adaptação de Hodgkinson, G.P. et al. (2001). Re-aligning stakeholders in management research: Lessons from industrial, work and organizational psychology. British Journal of Management 12: 41-18.

As novidades: sites de notícias, blogs, redes sociais

São muitas as novidades. Sites como Nexo, Fluxo, Ponte, Agência Pública. Muitas e muitas páginas no FB. Blogs os mais variados. Podem ser basicamente divididos em três categorias: (1) têm conteúdo original, têm reportariado, o trabalho é coletivo; (2) fazem curadoria, indicando e alinhando conteúdos não próprios; (3) são “parasitários”, dependendo do conteúdo de terceiros para, basicamente, fazer contra-informação.

resultado	<ul style="list-style-type: none"> • audiência • assinaturas • venda em banca • publicidade
impacto	<ul style="list-style-type: none"> • dá “furo” de reportagem • concorrência é obrigada a correr atrás <ul style="list-style-type: none"> • veículo é uma barreira antiboato • material é tão influente que altera políticas públicas, derruba políticos, molda legislação e de fato informa o debate público

Minutos depois, porém, o G1 publicou foto de outro documento, indicando na legenda ‘Divulgação / Polícia Federal’, com foto ainda mais clara do paciente e as informações oficiais sobre seu ingresso no Brasil. Consultei então o twitter da Polícia Federal a respeito desta divulgação. No momento em que escrevo, não obtive resposta, mas o G1 retirou da legenda a referência à Polícia Federal e cobriu a foto do paciente e sua data de nascimento. No entanto, mantém a informação oficial sobre o ingresso no Brasil.

Gostaria de alertar a todos sobre o fato de que, se não reagirmos agora, a próxima foto e o próximo nome podem ser seus ou de um familiar seu. Ou será que apenas os migrantes negros terão sua intimidade devassada num dos piores momentos de suas vidas? Qual será o objetivo desta violação da lei? Seria fazer crescer a já notória hostilidade dos brasileiros em relação aos migrantes? Ou a insistência no link entre acolhida e doença seria apenas uma infeliz coincidência com o segundo turno das eleições presidenciais?

Lembro que a estigmatização de uma população é um grave dano à saúde pública. Quando se teme o preconceito, a tendência natural é ocultar a doença. Ao ocultá-la, não se pode tratar o paciente e seus próximos, tampouco proteger os profissionais de saúde.

Sigo conversando com o Ministério da Justiça, e consultarei amigos da Defensoria Pública da União e do Ministério Público Federal para ver o que é possível fazer, tanto no que atine à apuração da responsabilidade pela divulgação do nome, como pela divulgação do pedido de refúgio. Por enquanto, chamo a atenção de todos para o comportamento inaceitável da Rede Globo nesta cobertura. No jornal das 10h da Globo News, o paciente chegou a ser apresentado como foragido em lugar de refugiado.”

O resultado é importante, claro. É ele que garante redações estruturadas e sustentáveis, não precarizadas, formadas por um mix de gerações, com capacidade de realizar coberturas difíceis, que bancam apurações longas, que mantêm uma rede de correspondentes internacionais. Mas a razão de tudo isso é porque causam impacto, logo conquistam credibilidade, respeito. Quando a mídia jornalística não gera impacto, a tendência é perder resultado.

Referências

ABRAMO, Claudio (org.). *A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988

BUENO, Wilson da Costa. “O caso boimate. Uma árvore que dá filé ao molho de tomate. E alguém acreditou nisso”. Imprensa Brasileira, p.12. 1987. No site Jornalismo Científico: http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo11.php